

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto	9
Preâmbulo	9
Princípios fundamentais	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	13
TÍTULO I Princípios gerais	13
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	16
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	16
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política	25
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores	27
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	29
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos	29
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	31
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais	36
PARTE II Organização económica	39
TÍTULO I Princípios gerais	39
TÍTULO II Planos	42
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial	43
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	46
PARTE III Organização do poder político	49
TÍTULO I Princípios gerais	49
TÍTULO II Presidente da República	54
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	54
CAPÍTULO II Competência	57
CAPÍTULO III Conselho de Estado	60
TÍTULO III Assembleia da República	61
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	61
CAPÍTULO II Competência	65
CAPÍTULO III Organização e funcionamento	71

TÍTULO IV Governo	75
CAPÍTULO I Função e estrutura	75
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade	76
CAPÍTULO III Competência	78
TÍTULO V Tribunais	81
CAPÍTULO I Princípios gerais	81
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	82
CAPÍTULO III Estatuto dos juízes	84
CAPÍTULO IV Ministério Público	85
TÍTULO VI Tribunal Constitucional	86
TÍTULO VII Regiões Autónomas	88
TÍTULO VIII Poder Local	93
CAPÍTULO I Princípios gerais	93
CAPÍTULO II Freguesia	95
CAPÍTULO III Município	96
CAPÍTULO IV Região administrativa	97
CAPÍTULO V Organizações de moradores	98
TÍTULO IX Administração Pública	99
TÍTULO X Defesa Nacional	101
PARTE IV Garantia e revisão da Constituição	105
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade	105
TÍTULO II Revisão constitucional	109
Disposições finais e transitórias	111
II – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM	
Aviso, DR nº 57, Série I, de 09-03-1978	115
LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	
Lei nº 28/82, de 15 de novembro	121
TÍTULO I Disposições gerais	121
TÍTULO II Competência, organização e funcionamento	122
CAPÍTULO I Competência	122
CAPÍTULO II Organização	125
SECÇÃO I Composição e constituição do Tribunal	125
SECÇÃO II Estatuto dos juízes	128
SECÇÃO III Organização interna	132
CAPÍTULO III Funcionamento	134
SECÇÃO I Funcionamento do Tribunal	134
SECÇÃO II Secretaria e serviços de apoio	136
CAPÍTULO IV Regime financeiro	136
TÍTULO III Processo	138
CAPÍTULO I Distribuição	138

CAPÍTULO II Processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	139
SUBCAPÍTULO I Processos de fiscalização abstracta	139
SECÇÃO I Disposições comuns	139
SECÇÃO II Processos de fiscalização preventiva	141
SECÇÃO III Processos de fiscalização sucessiva	142
SECÇÃO IV Processos de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	143
SUBCAPÍTULO II Processos de fiscalização concreta	144
CAPÍTULO III Outros processos	152
SUBCAPÍTULO I Processos relativos à morte, impossibilidade física permanente, impedimento temporário, perda de cargo e destituição do Presidente da República	152
SUBCAPÍTULO I-A Processos relativos ao contencioso da perda do mandato de Deputados	154
SUBCAPÍTULO II Processos eleitorais	155
SECÇÃO I Processo relativo à eleição do Presidente da República	155
SUBSECÇÃO I Candidaturas	155
SUBSECÇÃO II Desistência, morte e incapacidade de candidatos	156
SUBSECÇÃO III Apuramento geral da eleição e respetivo contencioso	157
SECÇÃO II Outros processos eleitorais	157
SUBCAPÍTULO III Processos relativos a partidos políticos, coligações e frentes	159
SUBCAPÍTULO IV Processos relativos a organizações que perfilhem a ideologia fascista	162
SUBCAPÍTULO V Processos relativos à realização de referendos e de consultas diretas aos eleitores a nível local	162
SUBCAPÍTULO VI Processos relativos a declarações de rendimentos e património dos titulares de cargos públicos	162
SUBCAPÍTULO VII Processo relativo a declarações de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos	164
TÍTULO IV Disposições finais e transitórias	165
INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS	
Lei nº 17/2003, de 4 de junho	167
CAPÍTULO I Disposições gerais	167
CAPÍTULO II Requisitos e tramitação	168
CAPÍTULO III Disposições finais	171
DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR	
Lei nº 83/95, de 31 de agosto	173
CAPÍTULO I Disposições gerais	173

CAPÍTULO II Forma e tramitação	175
CAPÍTULO III Petições dirigidas à Assembleia da República	178
CAPÍTULO IV Disposição final	183
EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO	
Lei nº 43/90, de 10 de agosto	185
CAPÍTULO I Disposições gerais	185
CAPÍTULO II Forma e tramitação	188
CAPÍTULO III Petições dirigidas à Assembleia da República	190
CAPÍTULO IV Disposição final	195
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Lei nº 39/80, de 5 de agosto	197
Preâmbulo	197
TÍTULO I Região Autónoma dos Açores	198
TÍTULO II Princípios fundamentais	201
TÍTULO III Regime económico e financeiro	203
CAPÍTULO I Princípios gerais	203
CAPÍTULO II Autonomia financeira da Região	203
CAPÍTULO III Autonomia patrimonial da Região	204
TÍTULO IV Órgãos de governo próprio	206
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa	206
SECÇÃO I Estatuto e eleição	206
SECÇÃO II Competência da Assembleia Legislativa	209
SUBSECÇÃO I Competência em geral	209
SUBSECÇÃO II Matérias de competência legislativa própria	216
SECÇÃO III Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa	224
CAPÍTULO II Governo Regional	227
SECÇÃO I Função, estrutura, formação e responsabilidade	227
SECÇÃO II Competência do Governo Regional	230
CAPÍTULO III Estatuto dos titulares de cargos políticos	233
SECÇÃO I Disposições comuns	233
SECÇÃO II Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa	235
SECÇÃO III Estatuto dos membros do Governo Regional	238
CAPÍTULO IV Representante da República	238
TÍTULO V Relação da Região com outras pessoas colectivas públicas	239
CAPÍTULO I Da cooperação em geral	239
CAPÍTULO II Da audição dos órgãos de governo próprio pelos órgãos de soberania	241
TÍTULO VI Das relações internacionais da Região	244
TÍTULO VII Organização das administrações públicas	246
CAPÍTULO I Administração regional autónoma	246

CAPÍTULO II Outros órgãos regionais	247
CAPÍTULO III Administração do Estado	249
CAPÍTULO IV Administração local	249
TÍTULO VIII Revisão do Estatuto	250
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
Lei nº 13/91, de 5 de junho	253
TÍTULO I Princípios fundamentais	253
TÍTULO II Órgãos de governo próprio e administração pública regional	256
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa Regional	256
SECÇÃO I Definição, eleição e composição	256
SECÇÃO II Estatuto dos deputados	257
SECÇÃO III Competência	263
SECÇÃO IV Funcionamento	267
CAPÍTULO II Governo Regional	271
SECÇÃO I Definição, constituição e responsabilidade	271
SECÇÃO II Estatuto dos membros do Governo Regional	273
SECÇÃO III Competência	275
SECÇÃO IV Funcionamento	276
CAPÍTULO III Estatuto remuneratório	277
CAPÍTULO IV Administração pública regional	279
TÍTULO III Relações entre o Estado e a Região	280
CAPÍTULO I Representação do Estado	280
CAPÍTULO II Relações entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio	281
SECÇÃO I Relacionamento entre a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa Regional	281
SECÇÃO II Audição dos órgãos de governo próprio	282
SECÇÃO III Protocolos	283
SECÇÃO IV Participação da Região em negociações internacionais	284
CAPÍTULO III Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	284
TÍTULO IV Do regime financeiro, económico e fiscal	286
CAPÍTULO I Princípios gerais	286
CAPÍTULO II Do regime financeiro	288
SECÇÃO I Receitas regionais	288
SUBSECÇÃO I Receitas e despesas	288
SUBSECÇÃO II Receitas fiscais	289
SUBSECÇÃO III Dívida pública regional	290
SUBSECÇÃO IV Transferências do Estado	291
SUBSECÇÃO V Apoios especiais	292
SECÇÃO II Relações financeiras entre a Região e as autarquias locais	292
CAPÍTULO III Do regime económico	293
SECÇÃO I Da economia regional	293

SECÇÃO II Da concretização dos princípios da solidariedade e da continuidade territorial	293
SUBSECÇÃO I Transportes	293
SUBSECÇÃO II Telecomunicações	294
SUBSECÇÃO III Energia	295
SUBSECÇÃO IV Outras áreas específicas	295
CAPÍTULO IV Do regime fiscal	296
SECÇÃO I Enquadramento geral	296
SECÇÃO II Competências legislativas e regulamentares	297
SECÇÃO III Competências administrativas	298
SECÇÃO IV Taxas e preços públicos regionais	299
CAPÍTULO V Património da Região	299
CAPÍTULO VI Centro Internacional de Negócios	300
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	300